

Caderno de Encargos

AQUISIÇÃO DE PROJECTORES PARA A REDE DE MUSEUS E GALERIAS DE ÓBIDOS

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS.....	4
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS.....	4
Cláusula 1.ª - Objeto.....	4
Cláusula 2.ª - Contrato.....	4
Cláusula 3.ª - Prazo.....	5
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS.....	5
SECÇÃO I - OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR.....	5
<i>Subsecção I - Disposições gerais.....</i>	<i>5</i>
Cláusula 4.ª - Obrigações da entidade adjudicatária.....	5
Cláusula 5.ª – Local da prestação dos serviços.....	6
Cláusula 6.ª – Inspeção e testes	6
Cláusula 7.ª – Garantia dos bens.....	6
Cláusula 8.ª – Garantia dos Serviços.....	6
<i>Subsecção II - Dever de sigilo.....</i>	<i>7</i>
Cláusula 9.ª - Objeto do dever de sigilo.....	7
Cláusula 10.ª – Proteção de dados.....	8
SECÇÃO II - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS.....	8
Cláusula 11.ª – Preço base.....	8
Cláusula 12.ª - Preço contratual.....	8
Cláusula 13.ª - Condições de pagamento.....	8
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS.....	9
Cláusula 14ª - Penalidades contratuais.....	9
Cláusula 15.ª – Força Maior.....	9
Cláusula 16.ª – Extinção do Contrato.....	10
CAPÍTULO IV - RESOLUÇÃO DO CONTRATO.....	10
Cláusula 17.ª – Resolução por parte do Município de Óbidos.....	10
Cláusula 18.ª - Resolução por parte da entidade adjudicatária.....	11
CAPÍTULO V – CAUÇÃO E SEGUROS.....	12
Cláusula 19.ª – Caução.....	11
Cláusula 20.ª – Garantia de cumprimento contratual.....	11
Cláusula 21.ª – Seguros.....	11
CAPÍTULO VI – GESTÃO DO CONTRATO.....	12
Cláusula 22.ª – Supervisão e controlo.....	12
CAPÍTULO VII – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS.....	12
Cláusula 23.ª – Foro Competente.....	12
Cláusula 24.ª – Extinção do Contrato.....	12
CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES FINAIS.....	13
Cláusula 25.ª - Comunicações e notificações.....	13
Cláusula 26.ª - Contagem dos prazos.....	13
Cláusula 27.ª - Legislação aplicável.....	13
PARTE II - CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPECTOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	14
Cláusula 28.ª – Aspectos de execução do contrato não submetidos à concorrência	14
PARTE III – CLÁUSULAS TÉCNICAS - ESPECIFICAÇÕES.....	15
Cláusula 1.ª – Características dos bens.....	15
Cláusula 2.ª – Critérios ambientais.....	15

AQUISIÇÃO DE PROJECTORES PARA A REDE DE MUSEUS E GALERIAS DE ÓBIDOS

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

Capítulo I - Disposições gerais

Cláusula 1.ª - Objecto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objecto principal a ***Aquisição de projectores para a rede de museus e galerias de Óbidos*** a efectuar em conformidade com:

- a) Código dos Contratos Públicos;
- b) Documentos do Processo de Concurso;
- c) As normas técnicas, profissionais e deontológicas inerentes à actividade.

Cláusula 2.ª - Contrato

1 - O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada; e
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

AQUISIÇÃO DE PROJECTORES PARA A REDE DE MUSEUS E GALERIAS DE ÓBIDOS

5 - As normas constantes do Código dos Contratos Públicos relativas às fases de formação e execução do contrato, prevalecem sobre quaisquer disposições das peças do procedimento com elas desconformes, nos termos do disposto no artigo 51.º do citado diploma legal.

Cláusula 3.ª – Prazo

O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens objecto do contrato e à verificação técnica do seu funcionamento, em conformidade com os respectivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II - Obrigações contratuais

Secção I -Obrigações da entidade adjudicatária

Subsecção I - Disposições gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações da entidade adjudicatária

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade adjudicatária as seguintes obrigações principais:

- a) Disponibilização dos bens identificados na **PARTE III – CLÁUSULAS TÉCNICAS - ESPECIFICAÇÕES** do presente caderno de encargos, no preço constante da proposta adjudicada;
- b) Entrega dos bens, no prazo máximo estipulado na cláusula 7.ª do presente caderno de encargos;
- c) Entrega dos bens no local indicado na cláusula 8.ª do presente caderno de encargos;
- d) Garantir a conformidade e a operacionalidade dos bens entregues;
- e) Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a entrega dos bens objecto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato;
- f) Manter actualizados todos os documentos de habilitação;
- g) Manter o sigilo e garantir a confidencialidade.

2 - A título acessório, a entidade adjudicatária fica ainda obrigada, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

AQUISIÇÃO DE PROJECTORES PARA A REDE DE MUSEUS E GALERIAS DE ÓBIDOS

3 - São da responsabilidade da entidade adjudicatária quaisquer encargos decorrentes da utilização de patentes, marcas registadas ou licenças. E, caso se verifique infracção, a entidade adjudicatária terá de indemnizar em todas despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.

Cláusula 5.ª – Conformidade e operacionalidade dos bens

1 - A entidade adjudicatária obriga-se a entregar os bens objecto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos adequados, **conforme definido na PARTE III – CLÁUSULAS TÉCNICAS - ESPECIFICAÇÕES, do presente caderno de encargos.**

2- Os bens objecto do contrato devem ser disponibilizados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.

3- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspectos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4 - A entidade adjudicatária é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância dos bens objecto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 6.ª – Disponibilização dos Bens

1 - A entidade adjudicatária obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objecto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa/inglesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles, nomeadamente os manuais técnicos ou guias de segurança.

2 - Entrega dos bens objecto do contrato, ocorre a transferência da posse e da propriedade daqueles para a entidade adjudicante, bem como do risco de deterioração ou parecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia que impedem sobre a entidade adjudicatária.

3 -Todas as despesas e custos com transporte dos bens objecto do contrato e respectivos documentos, designadamente, licenças, guias de transporte ou outros exigidos por lei, que devem acompanhar os bens desde o local de embarque até ao local de entrega/montagem são da responsabilidade da entidade adjudicatária.

Cláusula 7.ª – Prazo de execução

1 - A entidade adjudicatária obriga-se a proceder à entrega de todos os bens, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data da outorga do contrato, em conformidade com os respectivos termos e

AQUISIÇÃO DE PROJECTORES PARA A REDE DE MUSEUS E GALERIAS DE ÓBIDOS

condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

2 - O presente contrato terminará quando se verificar uma das seguintes situações:

- a) Atingido o prazo;
- b) Celebração de Acordo de Revogação entre as partes.

3 - O disposto na presente cláusula não interfere com os prazos de garantia estipulados na cláusula décima segunda.

Cláusula 8.ª – Local da entrega/montagem dos bens

O local de entrega dos bens é no Museu Municipal, Rua Direita – 2510 -001 Óbidos **no prazo proposto na sua proposta, em respeito pelo limite máximo estabelecido no presente caderno de encargos.**

Cláusula 9.ª – Inspecção e testes

1 - Efectuada a entrega dos bens, a entidade adjudicante, por si ou através de terceiros por ela designados, procede, no prazo de 24 horas, à inspecção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respectivamente, se os mesmos correspondem às quantidades/solicitações efectuadas.

2 - É realizada uma inspecção técnica, para que sejam aferidos se os bens se encontram em perfeitas condições de aceitação por parte da entidade adjudicante.

3 - Durante a fase da realização dos testes, a entidade adjudicatária deve prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

Cláusula 10.ª – Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1 - No caso da inspecção prevista na cláusula anterior não comprovar a total operacionalidade dos bens objecto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve disso informar, por escrito, a entidade adjudicatária.

2 - No caso previsto no número anterior, a entidade adjudicatária deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela entidade adjudicante, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

AQUISIÇÃO DE PROJECTORES PARA A REDE DE MUSEUS E GALERIAS DE ÓBIDOS

3 - Após a realização das reparações ou substituições necessárias pela entidade adjudicatária, no prazo respectivo, a entidade adjudicante procede à realização de nova inspecção, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 11.^a – Aceitação dos bens

1 - Caso a inspecção a que se refere a cláusula nona comprove a total operacionalidade dos bens, objecto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e nela não seja detectada quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente caderno de encargos, deve ser emitido, no prazo máximo de 5 dias úteis, a contar do final da inspecção um Auto de Recepção, assinado pelos representantes de ambas as partes.

2 - A assinatura do Auto a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objecto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.

Cláusula 12.^a – Garantia dos bens

1 - Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspectos relativos à venda/garantia dos bens objecto do presente procedimento, a entidade adjudicatária garante os mesmos, pelo prazo indicado na sua proposta, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos dos mesmos, que se revelem a partir da respectiva aceitação.

2 - A garantia prevista no número anterior abrange:

- a) A substituição das peças, componentes ou bens defeituosos ou discrepantes;
- b) A deslocação ao local da entrega;

3 - A substituição prevista na presente cláusula deve ser realizada prazo de 24 horas e sem grave inconveniente para a entidade adjudicante, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que se destina.

4 - A garantia mínima aceite é de 3 anos.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 13.^a - Objeto do dever de sigilo

1 - A entidade adjudicatária deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

AQUISIÇÃO DE PROJECTORES PARA A REDE DE MUSEUS E GALERIAS DE ÓBIDOS

2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.

3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pela entidade adjudicatária ou que esta seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4 - O dever do sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 anos a contar do cumprimento ou da cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

Cláusula 14.ª – Prazo do dever de sigilo

O dever do sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou da cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

Cláusula 15.ª – Protecção de dados

1 - O art.º 6.º do Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados indica as situações em que o tratamento de dados é lícito, designadamente quando **“o tratamento for necessário para a execução de um contrato no qual o titular dos dados é parte, ou para diligências pré-contratuais a pedido do titular de dados”, e “o tratamento for necessário para o cumprimento de uma obrigação jurídica a que o responsável pelo tratamento esteja sujeito”.**

2 - Sempre que sejam remetidos dados pessoais, os mesmos devam ser acompanhados de declaração de consentimento para o tratamento dos dados para essa finalidade, por parte dos seus titulares.

3 - Nos termos da alínea v) do n.º 1 do art.º 4.º da Portaria n.º 57/2018, de 26 de Fevereiro, a publicitação do contrato, é feita no portal BASE, incluindo anexos e aditamentos, **com excepção** das informações que se relacionem com segredos de natureza comercial, industrial ou outra e das **informações respeitantes a dados pessoais.**

AQUISIÇÃO DE PROJECTORES PARA A REDE DE MUSEUS E GALERIAS DE ÓBIDOS

Secção II - Obrigações da entidade adjudicante

Cláusula 16.^a – Preço base

- 1 - O preço base global para o presente procedimento definido nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP é de 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
- 2 - Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP são excluídas as propostas que apresentem preço contratual superior ao preço base.

Cláusula 17.^a - Preço contratual

- 1 – Pela aquisição dos bens objeto do futuro contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar à entidade adjudicatária o preço da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
 - 2 - O preço contratual apresentado pelo concorrente contém todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação dos seus meios humanos, bem como todas as despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção dos seus meios materiais.
- 3 - Durante o contrato não haverá lugar a revisão de preços.**

Cláusula 18.^a - Condições de pagamento

- 1 – A quantia devida pela entidade adjudicante, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo máximo de 30 dias após a recepção por esta da respectiva factura, a qual deve ser emitida após a entrega efectiva dos bens, incluindo montagem, sendo imprescindível que faça referência ao número do compromisso e do contrato.
- 2 - Em caso de discordância, por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados na factura, deve este comunicar à entidade adjudicatária, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando esta obrigada a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de documento contabilístico adequado, designadamente nota de crédito.
- 3 - Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, as facturas são pagas através de transferência bancária.

Capítulo III – Penalidades contratuais

Cláusula 19.^a - Penalidades contratuais

1 - No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável à entidade adjudicatária, pode ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V \cdot A / 500$$

Em que:

- P corresponde ao montante da penalidade;
- V é Igual ao valor do serviço; e
- A é o número de dias em atraso.

2 - A competência para decidir a aplicação da penalidade referida no número anterior é do Presidente da Câmara Municipal de Óbidos.

Cláusula 20.^a – Força Maior

1 - Não podem ser impostas penalidade à entidade adjudicatária, nem é havida com incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargos de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greve, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados da entidade adjudicatária, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades da entidade adjudicatária ou a grupo de sociedades em que esta se integre, bem como as sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

AQUISIÇÃO DE PROJECTORES PARA A REDE DE MUSEUS E GALERIAS DE ÓBIDOS

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de uma forma resultantes do incumprimento pela entidade adjudicatária de deveres ou ónus que sobre ela recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pela entidade adjudicatária de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações da entidade adjudicatária cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos da entidade adjudicatária não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros;

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante de força maior.

Capítulo IV - Resolução do Contrato

Cláusula 21.^a – Resolução por parte da entidade adjudicante

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de a entidade adjudicatária violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objecto do contrato superior a cinco dias ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excedera esse prazo;
- b) Fornecimento de bens com características técnicas diferentes.

2 - O direito de resolução referido no numero anterior exerce-se mediante declaração enviada à entidade adjudicatária.

AQUISIÇÃO DE PROJECTORES PARA A REDE DE MUSEUS E GALERIAS DE ÓBIDOS

Cláusula 22.ª - Resolução por parte da entidade adjudicatária

- 1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a entidade adjudicatária pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.
- 2 - O direito de resolução é exercido por via judicial.
- 3 - Nos casos previstos no número um, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à entidade adjudicante, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se o este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
- 4 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pela entidade adjudicatária, cessando, porém, todas as obrigações desta ao abrigo do contrato, com excepção daquelas a que se refere o artigo n.º 444 do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 23.ª – Extinção do Contrato

- 1 - O direito de extinguir o contrato poderá ser exercido por ambas as partes, nos termos previstos no Capítulo VIII, do Título I, da Parte III do CCP.
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se incumprimento definitivo, quando houver atraso no fornecimento, incluindo montagem, por um período superior a 15 dias úteis.

Capítulo V – Caução e Seguros

Cláusula 24.ª – Caução

Considera-se, face ao valor, o preço contratual inferior a 500.000,00€, que não deve ser exigida caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

Cláusula 25.ª – Seguros

- 1 - É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de um contrato de seguro, da actividade que exerce ou outros exigidos por lei.
- 2 - A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração do contrato de seguro, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo 5 dias úteis.

Capítulo VI – Gestão do contrato

Cláusula 26.ª – Supervisão e controlo

- 1 - A identificação dos gestores do contrato designados pela entidade adjudicante, nos termos do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos fará parte do clausulado contratual.
- 2 - O adjudicatário deverá nomear um técnico que o represente em tudo o que concerne ao contrato, o qual servirá de interlocutor entre as partes para a resolução e/ou conhecimento de quaisquer assuntos inerentes ao objecto do contrato.
- 3 - Para efeitos do cumprimento do exercício das funções de gestão do contrato o adjudicatário deverá disponibilizar os contactos telefónicos e de endereço de correio electrónico do representante por si nomeado.
- 4 - O adjudicatário está sujeito à supervisão da execução do contrato, a qual será assegurada pelo gestor de contrato.
- 5 - Caso se verifiquem situações anómalas com base nos relatórios emitidos pelo gestor de contrato, será o adjudicatário notificado para regularização imediata das mesmas.

Capítulo VII – Resolução de litígios

Cláusula 27.ª - Foro Competente

- 1 - Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.
- 2 - As partes podem derrogar o disposto no número anterior por acordo escrito, decidindo submeter à arbitragem algum litígio específico.

Capítulo VIII - Disposições finais

Cláusula 28.ª - Comunicações e notificações

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português, conforme previsto no Código dos Contratos Públicos, através de correio electrónico ou de outro meio de transmissão escrita e electrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de recepção.

AQUISIÇÃO DE PROJECTORES PARA A REDE DE MUSEUS E GALERIAS DE ÓBIDOS

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 29.^a - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 30.^a – Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer uma das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 31.^a - Legislação aplicável

1 - A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos, aplica-se o regime consagrado no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redacção actual e demais legislação aplicável.

2 - Em respeito pelo n.º 2 do artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos, o adjudicatário compromete-se a executar o contrato em respeito pelas normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

PARTE II - CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPECTOS ESSENCIAIS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 1.ª – Aspectos da execução do contrato, submetidos à concorrência

Sem prejuízo dos limites resultantes das vinculações legais ou regulamentares aplicáveis, são aqui fixados, para cada um dos aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência, **os parâmetros base** a que as propostas estão vinculadas, determinando-se, consequentemente, a exclusão de todas aquelas cujos atributos, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, os ultrapassem.

Preço base:

Limite máximo – 12,500,00€*

*** Valor ao qual acresce o IVA a taxa legal em vigor.**

Cláusula 2.ª - Aspectos da execução do contrato não submetidos à concorrência

Sem prejuízo dos limites resultantes das vinculações legais ou regulamentares aplicáveis, são aqui fixados, para cada um dos aspectos da execução do contrato não submetidos à concorrência, os limites máximos a que a proposta está vinculada, determinando-se, consequentemente, a exclusão da mesma cujos termos ou condições o ultrapasse.

a) Prazo de execução do contrato: limite máximo: 30 dias

b) Todos os restantes aspetos constantes do caderno de encargos não contemplados na cláusula 1.ª e 2.ª da Parte II.

PARTE III – CLÁUSULAS TÉCNICAS - ESPECIFICAÇÕES

Cláusula 1.ª – Características dos bens

Sem prejuízo dos limites resultantes das vinculações legais ou regulamentares aplicáveis, são fixados os aspectos da execução do contrato e/ou limites não submetidos à concorrência a que as propostas estão vinculadas para cada um dos locais identificados na cláusula 8.ª da Parte I do presente caderno de encargos.

1 - Durante a execução do contrato serão solicitados ao adjudicatário o fornecimento dos bens com as seguintes características:

155 Projectores LED para calha universal até 30W em branco

95 Projectores LED para calha universal até 30W em preto

Cláusula 2.ª – Critérios ambientais

O fornecimento no âmbito do presente procedimento, deve cumprir com as normas ambientais exigidas, quando aplicável.